

Congresso da ASSEMAE - Ribeirão Preto, 20 de maio de 2024.

Boa noite,

Sou Marcos Helano Montenegro, engenheiro há 48 anos, atualmente diretor nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, a ABES, e membro da coordenação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento, o ONDAS.

Agradeço pela deferência concedida pela atual direção da ASSEMAE para me pronunciar nesta abertura como ex-presidente desta entidade.

Fui eleito presidente da ASSEMAE em 1989, ano em assumi a posição de diretor superintendente do SEMASA, a autarquia da água e esgoto de Santo André - SP. Exerci a presidência da entidade por dois mandatos até 1993.

Presto homenagem a Luiz-Ricardo Goulart, do DMAE de Uberlândia, nosso primeiro presidente, a José Roosevelt Pereira, do DMAE de Juiz de Fora, e a Dieter Warchow, do DMAE de Porto Alegre. Eles já nos deixaram, mas seus legados de luta e liderança não serão esquecidos.

Fundada há 4 décadas, em 1984, nos últimos anos da ditadura militar, os primeiros anos da ASSEMAE foram marcados na luta pela redemocratização do país e pela autonomia municipal, movimento que vai resultar no reconhecimento do município como ente federado na Constituição Cidadã de 1988.

Na época, a grande bandeira de luta era o fim da discriminação dos SAAEs pelo Sistema Financeiro do Saneamento, operado pelo BNH, que então só concedia financiamento com recursos do FGTS às companhias estaduais.

A privatização já era uma ameaça. Na época publiquei na revista Bio, da ABES, um artigo intitulado Privatização, remédio para matar o doente. Na atual conjuntura, o processo de mercantilização dos serviços de água e esgoto se intensificou, especialmente depois do golpe que tirou da presidência Dilma Rouseff em 2016.

Nos últimos sete anos, a população que recebe, integral ou parcialmente, serviços prestados por concessionárias privadas, aumentou mais de 80%, ultrapassando 50 milhões.

Congresso da ASSEMAE - Ribeirão Preto, 20 de maio de 2024.

Vários serviços municipais foram liquidados, a exemplo dos SAAEs de Governador Valadares e Olímpia, por decisão de prefeitos seduzidos pela outorga onerosa (benefício imediato e ônus durante 35 anos).

Em outros casos SAAEs (como de Marechal Deodoro, em Alagoas) foram vitimados por um processo de concessão onerosa modelada pelo BNDES e apoiada em regionalização compulsória, caso da Região Metropolitana de Maceió.

O BNDES tem atuado como um grande promotor da privatização dos serviços de água e esgoto. Está atuando ativamente em Sergipe e preparando a modelagem da privatização dos serviços pelo menos no Pará, em Pernambuco e na Paraíba.

Hoje, em Sergipe quatro SAAEs estão ameaçados de extinção (Estância, Carmópolis, São Cristóvão e Capela) em um processo articulado pelo Governo do Estado comandando uma microrregião de participação compulsória dos municípios, criada por lei complementar enviada à Assembleia Legislativa antes do Natal de 2023 e aprovada antes da passagem de ano.

A marca do processo é o açodamento, o desprezo pela participação esclarecida e o convencimento dos prefeitos a participar pela oferta de parte da outorga a ser paga pela futura concessionária. Para o público, não se fala da outorga, mas da universalização urgente a ser garantida pela concessão, apesar de desde 2022 a Agência reguladora estadual ter certificado que a DESO seria capaz de promover a universalização.

O Plano Microrregional de Água e Esgoto de Sergipe, aprovado em votação sumária pelo Colegiado Microrregional, sem qualquer apresentação, mesmo tendo cerca de 6 mil páginas é um festival de erros, omissões e incoerências, como confirmado por parecer assinado por 13 professores doutores de universidades federais brasileiras. Não disponho de tempo para descrever todos as inconsistências e ilegalidades do processo, a exemplo não divulgação do EVTE para a consulta e audiência públicas.

Os quatro municípios de Sergipe estão tentando manter os seus SAAEs. Afinal está previsto que as tarifas hoje menores que as cobradas pela

Congresso da ASSEMAE - Ribeirão Preto, 20 de maio de 2024.

companhia estadual serão majoradas para equalização na área da concessão que inclui todos os 75 municípios sergipanos.

A tarefa do momento é resistir à mercantilização e simultaneamente lutar pela derrubada das restrições de crédito ao financiamento dos prestadores públicos que atingem tanto os prestadores estaduais quanto municipais.

Precisamos romper com a acomodação e o imobilismo. Questões sérias nos desafiam a todos, a começar pela universalização do atendimento, inclusive da população das áreas rurais e das favelas e comunidades urbanas.

A acessibilidade econômica de todos aos serviços está na ordem do dia. Vem aí uma lei nacional com diretrizes que assegura o direito à tarifa social pelas famílias em situação de pobreza e de baixa renda, com renda per capita menor que meio salário mínimo.

Ninguém tem mais dúvidas que a mudança climática chegou com o aumento da frequência e intensidade dos eventos extremos. Precisamos aumentar a resiliência dos nossos serviços neste novo quadro. Adaptação e mitigação são as palavras de ordem. É preciso planejar a atuação em situações de emergências e contingências, integrando os quatro componentes do saneamento básico e a defesa civil, priorizando as populações vulneráveis e em situação de risco.

As eleições municipais no segundo semestre são oportunidade para debater os desafios da universalização, da acessibilidade econômica aos serviços e da adaptação e mitigação da mudança climática.

A hora é agora. Boa sorte a todas e todos.

Marcos Montenegro